

Avaliação, Assunto de Séries Polêmicas No Ensino de 1º Grau

*Guiomar Osório de Sena**

RESUMO:

O artigo procura mostrar a preocupação com a avaliação do desenvolvimento global do aluno do 1º grau com ênfase em dois aspectos: a) necessidade de revisão do sistema de promoção e b) importância de um estudo para a organização de um sistema de promoção embasado na idade cronológica e nos aspectos pedagógicos. Analisa a indisciplina e a evasão como causa da repetência escolar. Destaca o sistema de avanço progressivo onde os alunos, poderão apresentar diferentes níveis de desenvolvimento, ao final de um mesmo ano de escolaridade e sugere algumas medidas para que isso ocorra. Chama atenção dos especialistas em educação — Supervisor, Orientador e Administrador — para a importância de Avaliação do rendimento escolar.

Embora possamos constatar que em muitos países, inclusive no Brasil, o fato vem sendo causa de estudo desde a década de quarenta, ainda não conseguimos uma forma adequada de avaliar o desenvolvimento global do aluno.

No I Congresso Estadual de Educação, realizado em São Paulo a 19 de novembro de 1956, dois aspectos foram enfatizados:

- a) necessidade de revisão do sistema de promoção na então escola primária, visando torná-la menos seletiva;
- b) imperiosa importância de um estudo, com a participação do pessoal docente atuante nessas escolas, para a organização de um sistema de promoção embasado na idade cronológica dos alunos

* Professora do Centro de Ciências da Educação (Departamento de Estudos Especializados em Educação) da Universidade Federal de Santa Catarina.

e nos aspectos de valor pedagógico, aplicando-se entretanto, em caráter experimental aos primeiros anos de escolaridade.

Até os dias atuais as constatações nos fazem concluir que a retenção dos alunos não traz nenhum benefício. Ocasionalmente, sim, o desestímulo pela atividade escolar, uma vez que ao aluno reprovado cabe retomar todo o programa de ensino e não, apenas os aspectos responsáveis pela defasagem. Além do que, o professor geralmente desenvolve as mesmas atividades, utilizando na maioria das vezes as mesmas técnicas de ensino.

Assim, numa turma de 40 e até 50 alunos entre novos e repetentes, o que tem caráter de novidade para alguns, para outros é mera repetição do passado.

Estes e outros aspectos desmotivam o aluno repetente que acaba por abandonar a escola, gerando assim a evasão escolar. A reprovação é um fenômeno que por tais razões tem repercussões sérias no desenvolvimento emocional e social do aluno tornando-se até causa da indisciplina e evasão.

Por outro lado, acarreta o aumento dos anos escolares e consequentemente maior dispêndio do Poder Público na manutenção da vaga, onde além de escolher novos alunos deverá abrigar os então repetentes.

Porém, um fato bastante grave é que toda comunidade ainda está condicionada às célebres notas obtidas num exame final. Isto caracteriza a acentuada preocupação apenas com a mensuração dos conhecimentos adquiridos ou não, quando educar não é apenas instruir.

Este sistema está condicionado a objetivos que todos os alunos de uma mesma série deverão atingir ao mesmo tempo. Os programas de ensino predeterminados são rigidamente seriados e com duração fixa.

Logo, não são considerados ritmo de aprendizagem nem experiências anteriormente evidenciadas. As tão defendidas diferenças individuais são esquecidas, quando defendem a importância das atividades diversificadas para atender não só os bem-dotados como aos de aprendizagem lenta.

Considerando-se o objetivo do Ensino de 1º Grau estabelecido no Art. 17 da Lei nº. 5.692/71 — “O ensino de 1º grau destina-se à formação da criança e do pré-adolescente variando em conteúdos e métodos segundo as fases de desenvolvimento dos alunos” não podemos defender um sistema cuja rigidez e inexistência de flexibilidade impedem o aluno de desenvolver suas potencialidades como ser humano, no tempo que necessita. E segundo Nagel — “Todos podem aprender tudo de um currículo, desde que lhes sejam dados o tempo e a condição necessária”.

Ao se ler o que preconiza o Art. 17 da Lei nº 5.692/71 percebe-se estar o mesmo fundamentado na psicologia de Piaget, onde o professor é o orientador da aprendizagem e o aluno o agente, com condições de se auto-avaliar e o critério é o equilíbrio.

Estes aspectos colocam em destaque o sistema de “Avanço Progressivo”, onde ao final de um mesmo ano de escolaridade, os alunos poderão apresentar diferentes níveis de desenvolvimento, embora tenham um mesmo programa de ensino.

Para que realmente tenham sucesso é indispensável que a escola proporcione condições e que o único fator a impedir o desenvolvimento satisfatório do aluno sejam suas próprias limitações. Urge, portanto, a redução do número de alunos por classe o que possibilitará maior e melhor atendimento sistemático ao aluno mais lento. Professor melhor preparado e satisfeito como profissional, melhor equipamento e condições dos prédios escolares são fatores importantíssimos.

Um núcleo técnico-pedagógico com especialistas em Supervisão Escolar e Orientação Educacional que realmente atue. Isto fará com que se tenha como conceito de avaliação não só o julgamento do rendimento escolar do aluno e sim o que conseguiu desenvolver e o que mais poderia ter sido explorado em termos do homem total.

Aos administradores escolares compete portanto, um controle maior e mais efetivo de como atuam seus professores e especialistas, que tipo de clientela atendem e como se processa o fenômeno da aprendizagem no estabelecimento de ensino que administraram. Logo uma maior preocupação com os fins e não com os meios na ação do administrador escolar viabilizará a melhor qualidade do ensino ministrado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. NAGEL, Tomás S. *O Ensino para Competência: uma Estratégia para Eliminar o Fracasso*. Porto Alegre, Editora Globo, 1976.
2. Lei nº 5.692/71. Fixa as Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º Graus e dá outras providências.
3. I Congresso Estadual de Educação. São Paulo, 1965, mimeografado.

RESUMO

El artículo trata de mostrar la preocupación con la evaluación del desarrollo global del alumno de la escuela básica con énfasis en dos aspectos: a) necesidad de revisión del sistema de promoción y b) importancia de un estudio para la organización de un sistema de aprobación basado en la edad cronológica y en los aspectos pedagógicos. Analiza la indisciplina y la evasión escolares como causas de la reprobación. Subraya el sistema de "avance progresivo", en que los alumnos podrán presentar diferentes niveles de desarrollo al final de un mismo año de escolaridad y sugiere algunas medidas para que esto ocurra. Llama la atención de los especialistas en educación — supervisores, orientadores y administradores — para la importancia de la evaluación del rendimiento escolar.